



## **Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

### **Projecto de Resolução n.º 269/X**

#### **Recomenda ao Governo a suspensão do encerramento de serviços de saúde e uma orientação para o processo de requalificação das urgências hospitalares e da rede de socorro pré-hospitalar**

Em 2006, o governo anunciou um Plano de Requalificação dos Serviços de Urgência Hospitalares. Em síntese, esse Plano propunha-se dotar o país de 14 urgências polivalentes, 27 urgências médico-cirúrgicas e 42 urgências básicas.

A Rede assim desenhada previa o encerramento de 15 urgências hospitalares e a desqualificação de outras 15 que, de médico-cirúrgicas, passariam a urgências básicas.

Um ano depois, esta chamada “Reforma das Urgências”, não saiu do papel. Na realidade, a reforma traduziu-se apenas no encerramento de 6 urgências hospitalares e na desqualificação de outras tantas. Por outro lado, no que respeita à instalação de novos serviços apenas foi constituído o SUB de Mértola, dos 42 previstos, e ainda assim com graves deficiências de funcionamento.

Também não se verificou a requalificação dos serviços de urgência de alguns hospitais (instalações, equipamentos, recursos humanos) de forma a que possam assumir e cumprir o seu projectado estatuto de urgência polivalente (por exemplo, Vila Real, Viseu, Évora e Faro, entre outros).

Ao mesmo tempo, o governo determinou o encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP), o que veio a verificar-se entretanto em cerca de 50 centros de saúde.

O encerramento destes serviços – que, no seu conjunto, atendem diariamente muitos milhares de doentes, e a referenciação destes para hospitais próximos e cujas urgências estão saturadas e muito sobrecarregadas, teve um impacto muito negativo nas condições de atendimento e funcionamento dessas urgências.

Os serviços de urgência de importantes hospitais do país (por exemplo, Aveiro, Feira, Viseu, Faro, Almada, Coimbra e Leiria, entre outros) revelam-se incapazes de satisfazer com qualidade e prontidão a procura acrescida a que ficaram sujeitos. Muitos serviços de urgência estão à beira da rotura, em muitos deles a espera por uma consulta é insuportavelmente prolongada.

Apesar do crescimento do sistema de socorro e emergência pré-hospitalar verificado nos últimos anos, a rede e os meios actualmente disponíveis e em actividade são, comprovadamente muito desiguais de região para região – com prejuízo para o interior, e apresenta numerosas e graves lacunas e insuficiências na sua capacidade de resposta. Faltam meios humanos e viaturas medicalizadas e equipadas para situações de emergência, a colaboração e articulação entre o INEM e outros intervenientes no socorro pré-hospitalar está longe do necessário e exigível.

Estas mudanças originaram uma ampla e forte contestação. São inteiramente compreensíveis os protestos populares. A forma como têm vindo a ser fechados os serviços de urgência e os SAPs – deixando as populações sem qualquer outro recurso perante uma situação aguda, justificam e legitimam a insegurança, instabilidade e intranquilidade sentida pelos portugueses. O fecho destes serviços é o fim da proximidade do SNS.

Os SAPs foram criados para permitir uma alternativa às centenas de milhar de portugueses sem médico de família e para ultrapassar as persistentes dificuldades de acesso a uma consulta nos centros de saúde, particularmente quando ela é mais necessária: na doença aguda. Os SAPs, todos os anos, evitaram que milhões de consultas sobrecarregassem as congestionadas urgências hospitalares.

Nos últimos anos nem a situação das urgências nem o acesso aos centros de saúde se alteraram o suficiente. Neste contexto, o encerramento dos SAPs e de urgências hospitalares é uma precipitação, uma irresponsabilidade e um erro.

Está em curso uma mudança significativa no modelo de organização e funcionamento dos Cuidados Primários de Saúde, cuja principal expressão é a criação de Unidades de Saúde Familiares e uma anunciada reorganização dos Centros de Saúde. Até à presente data, foram criadas e estão em funcionamento 105 Unidades de Saúde Familiar, número claramente insuficiente para as necessidades nacionais e para um aumento significativo da capacidade de resposta assistencial ao nível dos cuidados primários de saúde. A reorganização dos Centros de Saúde não arrancou sequer.

Em conclusão, o acesso aos serviços e a qualidade dos cuidados prestados no domínio da doença aguda e das situações de urgência e emergência tem vindo a degradar-se no SNS. É necessário sustar e inverter esta tendência.

A Requalificação das Urgências deve articular-se quer com a reorganização em curso dos Cuidados Primários de Saúde quer com a extensão e reforço do sistema de socorro e emergência pré-hospitalar. São processos que, apesar de distintos, devem caminhar a par e passo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda recomenda ao Governo:

1. A suspensão do processo de encerramento dos SAPs e urgências hospitalares e a reabertura daqueles cujo funcionamento se demonstrar necessário;
2. A manutenção dos SAPs em funcionamento, até estar concluída a reestruturação dos cuidados primários de saúde da respectiva área e assegurada uma resposta adequada às situações de doença aguda;
3. A apresentação para discussão pública de um Programa Nacional para a Requalificação e Desenvolvimento da Rede de Urgências Hospitalares e de

Socorro e Emergência pré-hospitalar, bem como o respectivo calendário e planos de investimento e financiamento;

Assembleia da República, 11 de Fevereiro de 2008

Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda,